



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO TR-PE Nº 05-2021

1ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

Suplente: Juiz Federal Rafael Tavares da Silva

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juíza Federal Flávia Tavares Dantas

2ª Relatoria: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

Suplente: Juíza Federal Marina Coffferri

3ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

1ª TURMA RECURSAL

[0504248-65.2020.4.05.8312](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ACORDO REALIZADO NO PROCON ENTRE O AUTOR E O BANCO PARA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS E DEVOLUÇÃO DO VALOR CREDITADO. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0524121-58.2018.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO RMI. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE. TEMA 1.031 STJ. POSSIBILIDADE DE RECONHECER O TEMPO ESPECIAL COM OU SEM USO DE ARMA DE FOGO. PROVA DE EXPOSIÇÃO À ATIVIDADE NOCIVA. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0500138-89.2021.4.05.8311](#)

PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. SEGURADO FACULTATIVO. BAIXA RENDA. AUSÊNCIA DO CNIS. NÃO INSCRIÇÃO NO CADÚNICO ANTES DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAR OS RECOLHIMENTOS COMO CARÊNCIA. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

[0500600-04.2020.4.05.8304](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONFIGURAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE DO BANCO PELOS PREJUÍZOS E PELOS DANOS MORAIS. RECURSO DO BANCO ITAÚ CONSIGNADO S/A IMPROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS NA FORMA SIMPLES. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO PELOS DANOS MORAIS. RECURSO DA AUTORA, EM PARTE, PROVIDO.

[0500163-57.2020.4.05.8305](#)

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.742/93. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO AFASTADO. MENOR. PATOLOGIA NÃO DEPENDE DO CUIDADO PERMANENTE DOS GENITORES. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0520800-78.2019.4.05.8300](#)

EXPOSIÇÃO AO AGENTE NOCIVO EM INTENSIDADES SUPERIORES AOS LIMITES DE TOLERÂNCIA. METODOLOGIAS VÁLIDAS. NR 15 E FUNDACENTRO. EXIGIDAS A PARTIR DE 19/11/2003. RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS. PARTE DO PERÍODO. INTIMAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE SUPRISSE A INFORMAÇÃO DO PPP. ALTERAÇÃO DA DIB. RECURSO DO INSS, EM PARTE, PROVIDO. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0510170-26.2020.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO. DOCUMENTO APRESENTADA SOMENTE NA VIDA JUDICIAL. EXTEMPORANEIDADE QUE NÃO AFASTA O DIREITO ADEQUIRIDO DESDE A DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTE DA 1ª SEÇÃO, DO STJ. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0504111-16.2020.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE EM FAVOR DA FILHA DA PARTE AUTORA. PAGAMENTO DE ATRASADOS. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0500079-04.2021.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CEGUEIRA. ASSISTÊNCIA PERMANENTE DE TERCEIRO. ACRÉSCIMO DO ADICIONAL DE 25% SOBRE O VALOR DA APOSENTADORIA. DESDE A DIB DO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0504179-36.2020.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. FRIO. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO HABITUAL E PERMANENTE. EPI EFICAZ. PERTINÊNCIA. AUSÊNCIA DE DÚVIDA RAZOÁVEL. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0502481-07.2020.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CTC. FÉ PÚBLICA. DOCUMENTO IDÔNEO. AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE FRAUDE AGENTES BIOLÓGICOS NOCIVOS À SAÚDE. BIOMÉDICO. PPP. TEMAS 205 E 211 DA TNU. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 20 DA EC 103/2019.

AUTOR IMPLEMENTOU OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ANTES DA EC 103. NÃO SE APLICA REGRA DE TRANSIÇÃO NESSE CASO. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0502008-24.2020.4.05.8306](#)

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.742/93. PESSOA IDOSA. VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA COMPROVADA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0523550-87.2018.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA COMUM. CALOR. RESPONSÁVEL PELO REGISTRO AMBIENTAL DURANTE TODO PERÍODO. NECESSIDADE. TEMA 208 DA TNU. RECURSO DO INSS PROVIDO EM PARTE. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0500092-43.2020.4.05.8309](#)

JUIZADO ESPECIAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. PEDIDO SUPERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0500897-65.2021.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE LABORATIVA PARCIAL E DEFINITIVA. TEMA 47 DA TNU. BENEFÍCIO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DEVIDA. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.